

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.711, DE 2004.

“Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de definir os deveres das partes e de seus procuradores nos processos trabalhistas.”

Autor: Deputado AUGUSTO NARDES

Relator: Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA

REFORMULAÇÃO DE VOTO

Inicialmente, manifestei-me pela aprovação do PL nº 3.711/04, com a apresentação de emendas. Porém as discussões preliminares com meus Ilustres Pares e a contribuição ao debate encaminhada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros ensejaram-me a revisão da matéria, oportunidade em que reformulei meu voto, conforme fundamentos a seguir:

Efetivamente, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT já autoriza a aplicação da litigância de má-fé no âmbito dessa Justiça especializada, tendo em vista que o Art. 769, estabelece que o direito processual civil será fonte subsidiária do direito processual do trabalho.

Por outro lado, o Projeto em apreço apenas “transcreve dispositivos do processo civil que propugnam pelo comportamento ético das partes durante o curso do processo” e, aliás o faz de forma desatualizada: o Art. 791-A proposto corresponde ao Art. 14 do CPC (todavia o inciso V, acrescido pela Lei nº 10.358/2001, foi omitido); o Art. 791-B, *caput*, § 1º e incisos I a VII

correspondem aos Arts. 16 e 17, incisos I a VII do CPC; e o § 2º do Art. 791-B corresponde ao Art. 18 do CPC.

No caso, além de desnecessária, a mera transcrição de textos de um diploma legal para outro, ao contrário do pretendido pelo Autor da proposição, pode até tornar ainda mais restrita a aplicação do instituto, pois, ao adotar uma legislação específica para a esfera do trabalho, deixa de fora importantes disposições, a exemplo da regra “que prevê a divisão da condenação quando houver mais de um litigante de má-fé e a que permite ao Juiz fixar a indenização em até 20% do valor da causa, ou através de arbitramento”, como bem lembrado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Somos, pois, pela rejeição do PL nº 3.711, de 2004.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA
Relator